

FULANO MALTA: A TENSÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NO ROMANCE *UM RIO CHAMADO TEMPO, UMA CASA CHAMADA TERRA*, DE MIA COUTO

Gabriela Rocha Rodrigues
Doutoranda em Letras – UFRGS - Bolsista CNPq
gabrielarochaliteratura@gmail.com

Lúcia Sá Rebello
Doutora em Letras-UFRGS

RESUMO

Este artigo analisa as tensões entre o público e o privado vivenciadas pelo personagem Fulano Malta da obra *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2002), do moçambicano Mia Couto, a partir das considerações sobre o Estado pós-colonial feitas por Partha Chatterjee. Segundo este autor, o nacionalismo anticolonial cria seu próprio campo de soberania no interior da sociedade colonial, cindindo o mundo das instituições e práticas sociais em dois domínios: o material (externo) e o espiritual (interno). O primeiro representa as práticas políticas, econômicas, científicas e tecnológicas e configura o campo de domínio do colonizador. No segundo plano encontram-se as marcas essenciais da identidade cultural, como a religião, a família e a língua, irredutíveis ao controle da administração colonial. No Estado pós-colonial este conflito permanece, fragmentando as identidades individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Nação, Identidade, Estado pós-colonial.

ABSTRACT

This article examines the tensions between public and private, experienced by the character Fulano Malta from the work *A river called time, a house named earth* (2002), the Mozambican Mia Couto, from considerations of the post-colonial state made by Partha Chatterjee. Anticolonial nationalism creates its own field of sovereignty within colonial society, splitting the world of social institutions and practices in two areas: the material (external) and spiritual (internal). The first is the political, economic, scientific and technological field and sets the domain of the colonizer. In the background are the essential marks of cultural identity such as religion, family and language, irreducible to the control of the colonial administration. In post-colonial state this conflict remains fragmenting the individual identities.

KEYWORDS: Nation, Identity, Post-colonial state.

O romance *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, de Mia Couto, apresenta aspectos da cultura moçambicana e ressalta as tradições e a diversidade dessa terra, bem como a difícil transição para a modernidade, após anos de colonização portuguesa. Laura Padilha salienta que o escritor moçambicano destaca-se pela consciência do papel de intelectual colonizado e escreve “a partir da certeza da ruína dos utópicos sonhos que marcaram o passado” (PADILHA, 2002, p.118).

Em entrevista, o escritor se autodefine como alguém de natureza conflituosa:

Sou um escritor africano de raça branca. Este seria um primeiro traço de uma apresentação de mim mesmo. Escolho estas condições – a de africano e a de descendente de europeus – para definir logo à partida a condição de potencial *conflito* de culturas que transporto. Que se vai “resolvendo” por mestiçagens sucessivas, assimilações, trocas permanentes. Como outros brancos nascidos e criados em África, sou um ser de fronteiras. [...] Para melhor sublinhar minha condição periférica, eu deveria acrescentar: sou um escritor africano, branco e de língua portuguesa. Porque o idioma estabelece meu território preferencial de mestiçagem, o lugar de reinvenção de mim. Necessito inscrever na língua do meu lado português a marca da minha individualidade africana. Necessito tecer um fio africano, mas só o sei fazer usando panos e linhas européias (COUTO *in* SECCO, 1998, p.164).

Conforme Érika Diniz, Mia Couto conjuga o amor pela Natureza com o amor pela terra mãe, do que resulta certa maneira de narrar a terra “transferindo para o papel as riquezas e as especialidades de um Moçambique ficcionalizado” (DINIZ, 2008, p.11), mas que é fecundo de questões contemporâneas, principalmente aquelas que envolvem o nacionalismo e a identidade. Nesta obra de ficção, publicada vinte e sete anos após a independência de Moçambique, o autor conta a história de Marianinho, um jovem universitário que regressa a Luar-do-Chão com a incumbência de conduzir a cerimônia fúnebre do patriarca da família – seu avô, Dito Mariano. A partir de sua chegada à Ilha, Mariano passa a desvelar as intrigas do presente e os segredos do passado que envolvem a família: a morte de sua mãe; o assassinato do amigo Juca Sabão; o isolamento do pai, Fulano Malta; a tristeza do Tio Abstinência; a quase-morte

do avô, Dito Mariano; os delírios e a religiosidade das mulheres da família. O romance principia destacando as tradições moçambicanas, a importância da família na formação identitária, os conflitos gerados pela colonização na fragmentação dessa mesma identidade e a realidade política e econômica de um dos países mais pobres do mundo:

A Ilha era a nossa origem, o lugar primeiro do nosso clã, os Malilanes. Ou, no aportuguesamento: os Marianos. Nenhum país é tão pequeno quanto o nosso. Nele só existem dois lugares: a cidade e a Ilha. A separá-los, apenas um rio. Aquelas águas, porém, afastam mais que a sua própria distância. Entre um e outro lado reside o infinito. São duas nações, mais longínquas que planetas. Somos um povo, sim, mas de duas gentes, duas almas (COUTO, 2011, p.18).

Por meio do relato dos incidentes em torno do funeral do patriarca da família, o narrador aborda dois universos em constante confronto: o capitalista, estabelecido em torno das ideias de progresso e modernidade, e as tradições religiosas da comunidade, construídas por valores ancestrais, muitas vezes incompreensíveis.

As personagens do romance também revelam as marcas corporais e psicológicas dos embates entre os universos citados. Como exemplo, podemos citar o tio mais velho, Abstinência, que, como o próprio nome registra, se abstém de todo contato com a vida pós-independência: “Sua aparição me alertou: há anos que nada fazia Tio Abstinência sair de casa. Que fazia ali, após anos de reclusão? [...] Você Abstinência, é uma pessoa muito impessoal. Tem medo da vida ou do viver?” (COUTO, 2011, p.16).

A avó Dulcineusa revela no nome a força e a ternura com que defende a união dos seus contra os familiares *de fora*: “A avó se acanhava com esse sentimento fundo e antigo, um medo fundado no que ela vira e agora adivinhava repetir-se. Que outros da nossa família viriam disputar os bens, [...] abutrear riquezas” (p.33). Tal doçura contrasta com a deformidade das mãos e dos dedos da matriarca, carcomidos pela acidez do cacau colhido na época colonial.

O tio Último, funcionário do governo, pretende impor sua superioridade frente aos familiares e à comunidade onde nascera: “muito se dá a exhibir, alteado e sonoro, pelas ruas da capital. Não frequentara mais sua ilha natal, ocupado entre os poderes e seus corredores” (p.16). No entanto, quando seu automóvel importado atola na areia de Luar-do-Chão observa-se a fragilidade da pompa que se orgulha de envergar: “ali se apresenta frágil, à mercê de uma pobre mão” (p.28).

Todas as personagens do romance são apresentadas sob o viés da fragmentação íntima que carregam. E a observação dos dramas individuais de seus familiares acaba por revelar a Marianinho sua própria condição de sujeito fragmentado: “Há anos que não visito a Ilha. Vejo que se interrogam: e eu, quem sou? Desconhecem-me. Mais do que isso: irreconhecem-me” (COUTO, 2011, p.29).

Assim, o eixo do romance gira em torno da viagem da personagem protagonista à Ilha natal, para onde regressa com a incumbência de fazer as honras fúnebres do avô, fato este que encobre o motivo determinante de seu retorno a Luar-do-Chão e que lhe é revelado pelo próprio avô Dito Mariano, na primeira carta enviada do além-túmulo:

Você não veio a esta Ilha para comparecer a um funeral. Muito pelo contrário, Mariano. Você cruzou essas águas por motivo de um nascimento. Para colocar o nosso mundo no devido lugar. Não veio salvar o morto. Veio salvar a vida, a nossa vida. Todos aqui estão morrendo não por doença, mas por desmérito do viver (COUTO, 2011, p.64).

NAÇÃO, NACIONALISMO, IDENTIDADE

Partha Chatterjee explica que na década de 70 o nacionalismo tornou-se uma questão de política étnica: era a razão do extermínio humano no Terceiro Mundo. Na África, “os líderes das lutas africanas contra o colonialismo e o racismo haviam destruído seu passado,

transformando-se em chefes de regimes corruptos, rebeldes e, com frequência, brutais” (CHATTERJEE, 1998, p.228).

Assim, a construção do nacionalismo no continente ocorreu a partir do desejo de instaurar uma diferença em relação aos valores do Ocidente moderno:

Os resultados mais poderosos e criativos da imaginação nacionalista da Ásia e da África baseiam-se não em uma identidade, mas em uma *diferença* em relação às formas “modulares” da sociedade colonial propagada pelo Ocidente moderno (CHATTERJEE, 1998, p.229).

De acordo com a interpretação do autor “o nacionalismo anticolonial cria seu próprio campo de soberania, dentro da sociedade colonial, muito antes de iniciar sua batalha política contra o poder imperial” (CHATTERJEE, 1998, p.230) e o faz dividindo o mundo das instituições e práticas sociais em dois campos: o material (externo) e o espiritual (interno). O domínio material (externo) configura-se nas práticas políticas, na ciência, na tecnologia e na economia, aspectos em que o Ocidente mostrou incontestável superioridade. O domínio espiritual (interno) liga-se às marcas essenciais da identidade cultural, corresponde ao universo da família, da língua e da religião. Dispostos tais campos de domínio, instaurou-se a premissa: quanto maior o sucesso obtido a partir da imitação das aptidões materiais do Ocidente, maior a necessidade de preservar a singularidade do mundo espiritual.

Para Chatterjee essa é a fórmula fundamental dos nacionalismos anticoloniais da Ásia e da África. Poder-se-ia acatar e mesmo render-se à superioridade material do Ocidente, visto que as reformas urgiam necessárias, mas violar a cultura interna em prol desse novo mundo moderno jamais seria permitido nem tolerado. Assim sendo, a forma encontrada para manter certa superioridade frente ao poder colonizador foi resistir ferozmente à influência do Estado pós-colonial nas questões internas, aquelas que dizem respeito à “cultura nacional”.

O domínio interno nem por isso permaneceu inalterado. O nacionalismo objetivava criar uma cultura nacional mais moderna, mas não Ocidental. Isso deixa claro que, de fato, a colonização não subjugou totalmente a cultura e a identidade local e fez surgir a necessidade de ressignificar e consolidar o espírito interno da nação.

Chatterjee destaca duas áreas que o nacionalismo transformou ao longo de sua jornada: a língua e a família. Na primeira, a elite bilíngue considerava importante dotar a língua materna dos instrumentos necessários para que se adequasse à cultura moderna. Nesse sentido, uma rede de empresas gráficas, editoras, jornais e revistas foram criadas – longe do crivo europeu – para que a antiga língua pudesse ser preservada e, ao mesmo tempo, transformada em uma língua adequada ao mundo moderno.

A outra área do campo espiritual é a família. A crítica europeia considerava bárbaras as crenças e as práticas religiosas indianas, principalmente o tratamento dispensado às mulheres. A “nova mulher” deveria ser moderna, mas essencialmente diferente da mulher ocidental; e deveria figurar como propaganda da nova tradição nacional (CHATTERJEE, 1998, p.234).

Assim, o Estado pós-colonial objetivava reafirmar e perpetuar a dominação, mas acabou produzindo uma profunda heterogeneidade, tal como explicita García Canclini:

A modernidade é vista como uma máscara. Um simulacro urdido pelas elites e pelos aparelhos estatais, sobretudo os que se ocupam da arte e da cultura, mas que por isso mesmo os torna irrepresentativos e inverossímeis. As oligarquias liberais do final do século XIX e início do século XX teriam feito de conta que constituíam Estados, mas apenas organizaram algumas áreas da sociedade para promover um desenvolvimento subordinado e inconsciente; fizeram de conta que formavam culturas nacionais e mal construíram culturas de elite deixando de fora enormes populações indígenas e camponesas que evidenciavam sua exclusão em mil revoltas e na migração que “transforma” as cidades (CANCLINI, 1997, p.25).

FULANO MALTA: NACIONALISMO, FRAGMENTAÇÃO E REGRESSO A CASA-FAMÍLIA

A personagem Fulano Malta é apresentada numa conversa entre Mariano e Tio Abstinência, na ocasião em que este busca o sobrinho para o enterro do avô: “E meu pai? – perguntei enquanto escolhia as roupas. – Está na Ilha, esperando por nós” (COUTO, 2011, p.16). O uso do verbo *esperar* já faz antever a fixação da personagem a terra: Fulano não saiu de Luar-do-Chão nem para buscar o filho num momento familiar decisivo, a morte do patriarca Dito Mariano.

De outro lado, o nome da personagem também revela traços da fragmentação identitária em que vive. Fulano Malta – ele é um *malta*, um desordeiro, que no passado serviu aos propósitos do governo. Hoje é um fulano, *um qualquer*, perdido no tempo presente, imerso na solidão: a espera de quê? A personagem vive num mundo de contrastes: o sonho (o passado – em que lutou bravamente para a libertação da nação) e a desolação (o presente – onde observa que o sonho de irmandade nacional foi destruído por uma elite poderosa que excluiu o povo que lutou pela liberdade). É diferente dos irmãos, que de modos opostos posicionaram-se frente à transformação imposta pelos portugueses: Abstinência (o irmão mais velho) se distanciou das práticas sociais e do contato com o colonizador e Último (o irmão mais novo) incorporou a ideologia dominante e reproduz a face da ambição e exploração de sua terra natal.

Essa fragmentação da personagem Fulano Malta pode ser associada aos desdobramentos da luta pela independência nacional. De fato, o nacionalismo teve como tarefa histórica insistir na afirmação de marcas de diferença cultural em relação ao Ocidente e exigir a ausência de tais regras diferenciadoras no campo do Estado. Foi inevitável, em tal

contexto, a incorporação de elementos do moderno Estado liberal-democrata, ou uma caricatura dele. Mas,

De acordo com a ideologia liberal, passou a haver uma distinção entre os espaços público e privado. Exigiu-se que o Estado protegesse a inviolabilidade do ‘eu’ privado em relação a outros ‘eus’ privados. A legitimidade do Estado no desempenho dessa função deveria ser garantida por sua indiferença para com as diferenças concretas entre ‘eus’ privados – ou seja, diferenças de raça, língua, religião, classe, casta e assim por diante (CHATTERJEE, 1998, p. 235).

No entanto, ocorreu um nítido desencontro entre a liderança moral e intelectual da elite nacionalista e as aspirações populares. A elite “funcionava num campo constituído por um conjunto de distinções muito diferente – as distinções entre o espiritual e o material, o interno e o externo, o essencial e o não essencial” (CHATERJEE, 1998, p.235). O campo sobre o qual o nacionalismo havia proclamado sua soberania não ganhava respectiva extensividade na distinção entre público e privado. Daí que,

No primeiro, o projeto era de ‘normalização’ cultural, semelhante, como sugere Anderson, aos projetos hegemônicos burgueses em toda parte, mas com a importantíssima diferença de que ele tinha que escolher seu lugar de autonomia a partir de uma posição de subordinação a um regime colonial, o qual tinha ao seu lado os recursos justificatórios mais universalistas produzidos pelo pensamento social desde o Iluminismo. Como resultado, as formas autônomas de imaginação da comunidade [e não menos identidade] foram e continuam a ser esmagadas e oprimidas pela história do Estado pós-colonial. Nisso está a raiz de nossa miséria pós-colonial: não em nossa incapacidade de elaborar novas formas de comunidade moderna, mas em nossa rendição às antigas formas do Estado moderno (CHATERJEE, 1998, p. 235).

Voltando à personagem do romance, esta vive num lugar afastado, longe da família: “Estranhamente, meu pai acomodou-se numa casa fora do *muti* familiar. Nem casa será: uma modesta cabana, oculta entre as acácias” (COUTO, 2011, p.59) e pensa ser perseguido por membros da elite governante:

Vou entrando negociando com a obscuridade. Me apercebo, por cima da cabeceira, de um revólver. Fulano Malta nunca pecou por desprevenção. Mas eu jamais lhe conhecera arma. Agora o surpreendia, preparado para o desse e viesse. E por que motivo se prevenia, xicuembo na almofada e pistola na cabeceira? Meu pai esperava a emboscada de quem? Só então dou conta que meu velho dorme no chão. Quase tropeço nele. Levanta-se estremunhado, mão agitando-se no

escuro à procura da pistola. Implora, braços tapando o rosto: - Não me mate, não fui eu! Não sei nada, não disse nada... (COUTO, 2011, p.59).

As decisões de Fulano Malta provocam inveja em outras duas personagens do romance. A primeira é o irmão mais velho, Abstinência:

Abstinência era consumido pela tristeza. E pela inveja. Tristeza lhe dava o mano Último. Inveja lhe causava seu irmão Fulano. Ele se acabrunhava de não ser corajoso como este irmão que abraçava uma causa, vestira uma farda e se batera contra a injustiça. Abstinência nunca seria capaz de sequer sonhar fazer metade daquilo que Mano Fulano Malta empreendera (COUTO, 2011, p.119).

Padre Nunes também sente inveja dos feitos de Fulano Malta; o padre português não concordava com os ideais do pai de Mariano, mas irmanava-se com ele no mesmo sentimento de decepção: a política de exploração que é encoberta pelo manto da modernidade só fez aumentar a miséria de Luar-do-Chão e as injustiças sofridas pela comunidade. Quando Fulano resolveu unir-se aos guerrilheiros, o sacerdote foi chamado à casa de Dito Mariano a fim de demovê-lo da ideia:

Mas fazia-o a contragosto (...) Uma secreta inveja o roía por dentro. Queria ser ele a partir, a romper com tudo, em trânsito para um outro ser. Não que concordasse com os ideais de Fulano. Estava era cansado. A injustiça não podia ser a mando divino. E a sua instituição se acomodara tanto, que parecia ajoelhar-se mais perante os poderosos que perante Deus (COUTO, 2011, p.88).

O sacerdote acreditava que a miséria do lugar, a onda de violência em escala mundial, os atentados às capitais e as mortes de tantos inocentes eram apenas um presságio do que viria: a morte de um modo de viver. A diferença entre o Padre Nunes e Fulano Malta é que o último ainda encontrou na guerrilha um sentido para sua vida, lutava porque acreditava numa mudança possível; o sacerdote não nutria esperanças: “Pena era não haver uma crença para onde fugir, como fizera Fulano Malta há vinte anos” (COUTO, 2011, p.87).

A forte personalidade de Fulano Malta e a desilusão em que vive definem o tom da conversa no reencontro entre Mariano e Padre Nunes:

– E como está o teu pai?

Pergunta-me antes de eu responder à sua primeira questão. Ele sabe que meu pai há muito que perdeu fé no deus dos católicos. Para ele era claro: Fulano tinha a sua fé exclusiva, fizera uma igreja dentro de si mesmo.

– Teu pai lutou para que fôssemos todos ricos, partilhando essa riqueza que é, simplesmente, não haver pobreza (COUTO, 2011, p.88).

Assim, Fulano Malta é um mistério para Mariano: “[...] meu velhote, Fulano Malta, segundo filho de Dito Mariano. Que sabia eu dele? Era mais o adivinhado que o confirmado” (COUTO, 2011, p.71). Igualmente está claro para o filho a essência da qual o pai é feito: “Meu pai, por exemplo, tinha a alma à flor da pele. Já fora guerrilheiro, revolucionário, oposto à injustiça colonial. [...] meu velho Fulano Malta transpirava o coração em cada gesto” (p.16).

No dia do enterro de Dito Mariano, a terra fecha-se contra o metal que lhe desfere o golpe. Após uma discussão entre os irmãos, Fulano Malta lança-se a cavar a terra: suas mãos cobrem-se de sangue. O sangue representa a morte dos que lutaram por uma nação livre e justa; também representa a morte dos sonhos, do filho com Mariavilhosa, dos sonhos de uma irmandade nacional. A imagem do desespero do pai surpreende e tumultua os sentimentos de Mariano:

Já em casa, um alvoroço me revolve a alma. A imagem de meu pai escavando em desespero me persegue. De noite até sonho. Sobre a extensão imensa de um chão nu e vermelho se vêem dezenas de buracos que ele havia aberto. Meu velho, Fulano Malta, ergue a cabeça e proclama: – Não estou abrindo sepulturas para o falecido, seu respeitoso Avô. Estou-me enterrando a mim, vivo, enquanto tenho forças (COUTO, 2011, p.183).

Para Jean Chevalier, a palavra sangue também tem seu significado ligado a “todos os valores solidários com o fogo, o calor e a vida [...] É universalmente considerado o veículo da vida. [...] De acordo com vários mitos, o sangue dá origem às plantas e até mesmo aos metais” (CHEVALIER, 2009, p. 800). Dessa aparente contradição compreende-se que o desespero de Fulano Malta está relacionado a tudo o que se desfez, perdido e mal acabado (o suicídio de Mariavilhosa, a ideia de justiça, de um enterro digno para seu pai).

Tomado de tamanha desilusão, Fulano Malta quer dar fim à própria vida porque não percebe que o enterro de Dito Mariano finaliza certo tempo da família e anuncia a chegada de um novo tempo, onde Mariano figura como instrumento de conciliação.

Outro ponto relevante do romance diz respeito ao nascimento do filho com Mariavilhosa na noite em que Fulano Malta se nega a assistir ao desfile de comemoração da Independência de Moçambique: “Podia ser estranho, mas o parto [...] se deu na noite da Independência” (COUTO, 2011, p.191). Ocorre que o filho de Fulano Malta com Mariavilhosa nasceu morto; traçando um paralelo entre esta morte e a noite da Independência observa-se que o sonho de uma nação mais justa e igual morreu naquela noite tal qual o filho desejado – símbolo de novas perspectivas e esperanças.

O parto da nação (a Independência) e o parto do filho não trouxeram a Fulano Malta a esperança de um mundo renovado. Daí a sensação de se sentir um estranho, um estrangeiro em seu próprio país:

Fulano Malta passara por muito. Em moço se sentira estranho em sua terra. Acreditava que a razão única desse sofrimento era o colonialismo. Mas depois o veio a Independência e muito da sua despertença se manteve. E hoje comprovava: não era de um país que ele era excluído. Era estrangeiro não numa nação, mas no mundo (COUTO, 2011, p.74).

A complexidade da personagem mostra que, tal como a identidade da nação foi fragmentada, as identidades individuais também o foram. Nesse sentido, o sujeito contemporâneo vive em constante tensão, pois é composto por várias identidades cambiantes. É o que explica Stuart Hall:

[...] a identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e, não biologicamente. O sujeito assume identidades em diferentes momentos, identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora

“narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderemos nos identificar, ao menos temporariamente (HALL, 2003, p.12).

Hommi Bhabha expõe esse lugar de tensão em que vive o homem contemporâneo:

“Encontramo-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão” (2007, p.19).

Mariano também sente o peso da inadequação. Ele é o estrangeiro que busca o resguardo nos laços familiares e só encontra o vazio: a fragmentação do pai repete-se no filho. Em busca de algum conforto, a personagem lembra o quanto era próximo do avô:

[...] pensar que nunca mais o escutarei contando histórias. Ter um avô assim era para mim mais que um parentesco. Era um laço de orgulho nas raízes mais antigas. Ainda que fosse uma romanteação das minhas origens, mas eu, deslocado que estou dos meus, necessitava dessa ligação como quem carecesse de um Deus (COUTO, 2011, p. 43).

No entanto, apesar do abismo que existe entre pai e filho, Fulano Malta protege Mariano em várias situações, ora pelo viés da tradição:

Somos interrompidos por meu pai que regressa do cais, trazendo uma mão cheia de cinzas que recolheu dos restos do incêndio. Vai espalhar esses pós sobre a terra, ainda penso. Mas, não. Fulano esfrega as palmas das mãos nos meus cabelos. Resisto. O que era aquilo? Porque me untava a cabeça de cinza? Meu pai diz que é para o meu bem, para afastar maus espíritos (COUTO, 2011, p.214).

Ora pela força:

Entretanto a notícia de minha prisão tinha já chegado à taberna do Tuzébio. Meu pai fez-se num disparo e, sem modos, entra pela esquadra a reclamar. Impávido, o administrador esclarece:

- Seu filho não está preso, está apenas detido.
- Pois eu não venho libertá-lo mas apenas soltá-lo – responde Fulano.

E como se fosse um miúdo ele me apanha pelos colarinhos e, à força, me vai conduzindo pela sala (COUTO, 2011, p.204).

A função da paternidade também aparece como uma identidade fragmentada: Fulano Malta exerce a paternidade junto ao lugar onde nascera, mas, longe dali, nas raras vezes em que fora visitar Mariano na cidade, comportava-se como um irresponsável, um malta: saía em busca de mulheres, roubava dinheiro do filho e mentira sobre um atestado médico que lhe assegurava pouco tempo de vida.

No final da narrativa ocorre certa homogeneização entre família, antepassados, natureza e modernidade. Abstinência e Fulano Malta voltam a morar em Nyumba-Kaya, mas Último permanece ao lado dos poderosos, simbolizando que a fratura imposta pela colonização impede o retorno ao tempo de outrora, em que uma só identidade unia a todos. Ao mesmo tempo, o retorno de dois dos irmãos à casa de Dito Mariano e Dulcineusa revela a força das tradições e desse lugar interno intocado pelo império português – o espaço privado. Fulano Malta encontra seu lugar nesse mundo dividido: regressa à família, a casa, digna de ser protegida e resguardada.

Ainda, pode-se traçar um paralelo entre Fulano Malta e o escritor Mia Couto, pois este, segundo Padilha, produz sua narrativa “a partir da certeza da ruína dos utópicos sonhos que marcaram o passado” (2002, p.118). Ambos, escritor e personagem, tiveram seus sonhos esvaziados pelo processo de colonização e vivenciaram uma forçosa modernização imposta pelo Estado pós-colonial.

Mia Couto tece os fios da memória para salvar do esquecimento a tradição e reorganizar a imensidão de fragmentos que hoje compõem a cultura africana. Fulano Malta consegue dar um sentido à sua solidão quando regressa para Nyumba-Kaya, um local para ser protegido da ambição do mundo moderno, representado na narrativa pelo irmão mais novo – Último.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O regresso de Mariano à casa de seus ancestrais simboliza a definição/redefinição da identidade, não só do protagonista, mas também dos outros homens da família, que, às voltas com os revezes impostos pela modernidade precisam encontrar sustentação em algo capaz de dar sentido às suas existências. É isso que diz a avó Dulcineusa, quando entrega as chaves da casa para Mariano: “Você é quem o meu Mariano escolheu. Para defender a Nyumba-Kaya. É por isso que lhe entrego a si essas chaves” (COUTO, 2011, p.34).

Os irmãos expõem as diferentes faces do *humano*: a adaptação e a ambição são representadas por Último; a reclusão (provocada pela perda de um amor) e a despersonalização (provocada pela destruição do lugar) revelam-se em Abstinência; a revolta e a decepção diante do resultado trazido pela independência são simbolizadas por Fulano Malta.

A identidade familiar que une esses irmãos é capaz de resgatar dois deles do obscurantismo em que viviam; as fronteiras impostas, a guerra, as dores e perdas não foram suficientes para apagar aquilo que a união familiar construiu. Ao término da narrativa, o regresso de Abstinência e Fulano Malta para Nyumba-Kaya – a casa da família – simboliza o resgate da origem, da família e a autoridade das tradições. São justamente essas tradições enigmáticas, os rituais estranhos e aparentemente sem sentido que definem o lugar desses homens no mundo em que vivem, onde nutrem sua identidade e desenham o significado de suas vidas.

De posse dessa verdade, Abstinência e Fulano Malta são capazes de dar sentido às suas existências quando compreendem que sua missão é proteger a casa/família/terra, que se afigura como elemento imensurável a lhes constituir enquanto homens. As personagens

salvam suas histórias de vida porque resguardam aquele lugar intocado pelo domínio externo, o universo simbólico representado pelo campo espiritual/interno da cultura nacional, o “eu” privado, o lugar, enfim, onde a liberdade da imaginação resulta numa saída possível para os ex-colonizados se reorganizarem e sustentarem-se enquanto sujeitos independentes, conforme ensina Chatterjee.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Hommi. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: *O local da cultura*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. p.199-238.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CHEVALIER, Jean. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes*. Trad. Vera de Sá Costa e Silva (et al). Rio de Janeiro: J. Olympio, 2009.
- CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.) *Um mapa da questão nacional*. 3ªed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. p.227-238.
- COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DINIZ, Érika Ribeiro. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra, de Mia Couto: Identidades em trânsito*. 2008. 124p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- PADILHA, Laura C. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. O ar, as águas e os sonhos no universo poético de Mia Couto. *Gragoatá*, n. 5. Niterói: UFF, 1998, p.159-169. Disponível em: <www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_1/001.pdf> Acesso em: 12 Set. 2013.

Recebido em 25 de Março de 2016
Aceite em 10 de Maio de 2016

Como citar este artigo:

RODRIGUES, Gabriela Rocha; REBELLO, Lúcia Sá. Fulano Malta: a tensão entre público e privado no romance um rio chamado tempo, uma casa chamada terra, de Mia Couto. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, Ano 15, n. 22, jan.-jun. 2016. p. 122-137. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num22/dossie/palimpsesto22dossie08.pdf>. Acesso em: dd mmm. aaaa. ISSN: 1809-3507.